

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO *latu senso* EM ESTUDOS DE GÊNERO

Renata Nasinhaka Tex de Vasconcellos

**REMINISCÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO: UM ESTUDO
(AUTO)BIOGRÁFICO COM MULHERES FEMINISTAS**

Santa Maria, RS
2023

Renata Nasinhaka Tex de Vasconcellos

**REMINISCÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO: UM ESTUDO
(AUTO)BIOGRÁFICO COM MULHERES FEMINISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Pós-graduação *lato sensu* em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS
2023

Renata Nasinhaka Tex de Vasconcellos

**REMINISCÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO: UM ESTUDO
(AUTO)BIOGRÁFICO COM MULHERES FEMINISTAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Aprovada em 15 de setembro de 2023.

**Profa. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão (UFSM)
Presidenta/Orientadora**

Profa. Dra. Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz (UFSM)

Profa. Dra. Adriana Cardoso Lessa

Santa Maria, RS
2023

Minha querida amiga,

Sempre considerei a escrita como algo libertador. Dizem que o papel aceita tudo, acho que não, acredito que ele só aceite aquilo que você estiver disposta a dar a ele. É, quando você consegue se libertar de algumas amarras é possível estabelecer uma relação de cumplicidade, entre você e o papel. Eu chamo essa conexão relacional, de escrita. As nossas escritas, sempre carregam um pouco de nós, não importa o conteúdo, sempre estamos presentes de alguma forma. É quando escrevemos sobre nós mesmas, a situação é singular, nossas histórias são carregadas de emoções e sentimentos. Gosto das cartas escritas manualmente, por serem impregnadas por nossa essência (traços, letras, ritmo, espírito), além da nostalgia que me trazem. Lembro de quando eu e minha mãe escrevíamos cartas para minha avó que morava em outra cidade. Antes de eu ser alfabetizada, minha mãe escrevia e eu desenhava, depois, eu fazia questão de colocar meus rabiscos. Sempre admirei a letra da minha mãe, tanto que treinei bastante para a minha letra ser parecida com a dela, hoje, acho que é bem semelhante. Olhando para aquela época de minha infância, percebo que nossas cartas eram muito mais do que um meio de comunicação, eram a forma que tínhamos para encurtar a distância, narrar sobre nós e expressar nossos afetos. Isso tudo, influenciou bastante a escolha das cartas como meio para narrar as histórias de vida e formação nessa pesquisa. Intimamente, carrego a vontade de que outras mulheres também vivenciem essa relação nostálgica e íntima da escrita manual. Que as cartas possam intermediar uma experiência relacional entre memória, narrativa e conhecimento de si permeado de afetos, emoções e sentimentos.

*Com carinho,
Renata*

RESUMO

REMINISCÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO: UM ESTUDO (AUTO)BIOGRÁFICO COM MULHERES FEMINISTAS

AUTORA: Renata Nasinhaka
ORIENTADORA: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

O presente trabalho trata-se de um estudo de natureza qualitativa sob o esteio da pesquisa (auto)biográfica com mulheres feministas que se dedicam aos estudos de gênero no Grupo de estudos feministas – ELAS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A produção dos dados contou com o suporte de diferentes instrumentos: questionário, carta escrita e roda de conversa para contemplar a narrativa de histórias, memórias e trajetórias de vida e formação. O material elaborado passou pela análise compreensiva-interpretativa composta pela política de sentido (SOUZA, 2014), viabilizando o estudo da relação entre as narrativas e a singularidade das histórias no processo de (trans)(auto)formação. O objetivo da pesquisa foi perceber como os estudos de gênero promovem um “novo” olhar de mundo, por meio de uma formação humana com consciência crítica, emancipatória e libertadora. Sendo o movimento feminista um movimento político-social que denuncia e luta contra os sistemas de opressão – capitalismo, racismo, patriarcado e colonialismo – considera-se que a formação, dentro deste contexto, seja capaz de potencializar uma visão crítica e a busca ativa por uma sociedade baseada na equidade de gênero, com garantida de direitos e culturalmente diversa. Assim sendo, é possível vislumbrar os processos (trans)formadores a partir de experiências significativas como um recurso capaz de promover um bem viver coletivo que valorize as subjetividades, reconheça as singularidades identitárias e possa imaginar outros mundos.

Palavras-chave: Feminismos, Mulheres, Pesquisa (Auto)Biográfica, Narrativa e Histórias de Vida.

ABSTRACT

REMINISCENCIES OF LIFE AND EDUCATION: A (AUTO)BIOGRAPHIC STUDY WITH FEMINIST WOMEN

AUTHOR: Renata Nasinhaka
ADVISOR: Profa. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão

The present work is a qualitative study based on (auto)biographical research with feminist women who dedicate themselves to gender studies in the – ELAS feminist study group at the Federal University of Santa Maria (UFSM). Data production was supported by different instruments: questionnaire, written letter, and conversation circle to contemplate the narrative of stories, memories, life trajectories, and education. The material prepared underwent a comprehensive-interpretative analysis composed of the politics of meaning (SOUZA, 2014), enabling the study of the relationship between narratives and the singularity of stories in the process of (trans)(self)formation. The objective of the research was to understand how gender studies promote a “new” view of the world, through human formation with critical, emancipatory, and liberating consciousness. As the feminist movement is a political-social one that denounces and fights against systems of oppression - capitalism, racism, patriarchy, and colonialism - it is considered that education, within this context, can enhance a critical vision and an active search for a society based on gender equality with guaranteed rights and culturally diverse. Therefore, it is possible to envision (trans)formative processes based on significant experiences as a resource capable of promoting collective good living, which values subjectivities, recognizes identity singularities and can imagine other worlds.

Keywords: Feminisms, Women, (auto)biographical research, Narrative and Life Stories.

Sumário

Uma pesquisa feminista, afetiva e integrativa	8
Sustentando a caminhada contra os sistemas de opressão e submissão: a materialidade teórica-metodológica e o aporte epistemológico	11
A PERSPECTIVA DA ABORDAGEM (AUTO)BIOGRÁFICA	20
Nosso caminhar: o percurso metodológico e integrativo	24
Histórias cruzadas: vozes, olhares, escritas e a identidade-identificação	32
ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO	35
Conclusões, inconclusivas: o ato de narrar-refletir-(trans)formar é um processo contínuo	43
Referências de vida e formação.....	46

Uma pesquisa feminista, afetiva e integrativa

*Ouvir é essencial,
Ser ouvida deveria ser normal,
Calar por medo é ensinamento patriarcal e
Silenciamento vem de um racismo estrutural
(Jade Quebra)¹*

A inspiração para este estudo, surgiu da percepção das diferentes realidades e dos múltiplos contextos que permeiam a vida das mulheres que integram o Grupo de estudos feministas – ELAS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Como sou integrante do grupo, desde o ano de 2019, já participei de diversos estudos e projetos envolvendo as temáticas relacionadas com gênero, mulheres, sociedade e educação. Assim sendo, percebo em mim uma grande (trans)formação, em diferentes esferas da minha vida, promovida pelos estudos críticos dos estudos de gênero e pela consciência reflexiva das teorias feministas.

As construções identitárias e os processos formativos, são diferentes para cada pessoa. A forma como experienciamos a vida é permeada por diversos e diferentes atravessamentos, a maioria deles ocorrem de maneira orgânica e fora do nosso controle, outros, podemos identificar e (re)direcionar. Nossas escolhas, algumas vezes, não são apenas a manifestação de nossas vontades, são também fruto da realidade em que estamos inseridas.

Assim sendo, partindo do olhar singular e da convivência plural com outras mulheres que integram o Grupo de estudos feministas – ELAS, pude perceber como os estudos de gênero são um “divisor de águas” em nossas realidades promovendo aquela “virada de chave” em nosso senso crítico-reflexivo, pois, ler o mundo pelas lentes das teorias feministas, é (trans)(auto)formador.

Por esse motivo, propus esse estudo, destinado a conhecer as narrativas de vida e formação de mulheres que estudam gênero e os feminismos, para perceber as diferentes transformações oriundas de uma nova compreensão da

¹ Antes de iniciar a leitura desse texto, convido você a ouvir essa poesia potente - “Fale, mulher!” de Jade Quebra, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=bvpEbHP3uqw>

sociedade. Para tanto, em razão da temática e do contexto em que ela ocorre, é imprescindível uma metodologia que contemple as práticas da pedagogia feminista e ofereça um olhar sensível, colaborativo e humanizado, capaz de reconhecer e valorizar a subjetividade, a individualidade e o conhecimento de si.

Dentre as diversas e diferentes metodologias disponíveis no campo das pesquisas qualitativas, pode-se contemplar a pesquisa (auto)biográfica como um campo fértil do conhecimento que oferece inúmeras possibilidades investigativas. Porquanto, as mulheres podem revisitar seus processos de construção individual como forma constitutiva da experiência humana. Pois,

“o campo de conhecimento da pesquisa biográfica é o dos processos de constituição individual (de individuação), de construção de si, de subjetivação, com o conjunto das interações que esses processos envolvem com o outro e com o mundo social” (DELORY-MOMBERGER, 2016, p. 136)

Outrossim, as mulheres que integram o Grupo de estudos feministas – ELAS, formam um grupo heterogêneo de mulheres que se aproximam a partir do interesse singular pelos estudos de gênero e as teorias feministas. Diante disso, a pesquisa também observou a formação de uma interculturalidade crítica, como forma de resistência, insurgência e oposição à “construção [sociocultural] de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização” (WALSH, 2005, p. 22).

É um estudo impulsionado pelos desassossegos reflexivos e pela busca consciente de compreender a questão: como os estudos de gênero potencializam os processos de (trans)formação a partir das teorias feministas que buscam equidade, liberdade e emancipação? Para tanto, buscou-se investigar as histórias de vida e formação de 08 (oito) mulheres feministas, sistematizando suas narrativas a partir da escrita de uma carta (auto)biográfica.

Contudo, destaco que essa pesquisa é um estudo (auto)biográfico permeado por afetividade e sensibilidade, pois, acredito na inexistência de uma ciência neutra, especialmente, quando se trabalha com as histórias de vida narradas por mulheres. Já que, o processo da (auto)biografização ocorre a partir do conhecimento de si e da partilha de histórias e memórias, o reconhecimento relacional com as histórias que se entrecruzam forma um conhecimento plural a partir de uma conjuntura singular. E ainda, permite a criação de laços afetivos e

de respeito mútuo, promovendo empatia e solidariedade entre as mulheres do grupo. Conforme a autora Marie-Christine Josso (2016), os processos de (auto)conhecimento e reconhecimento, geram um conhecimento (trans)formador a partir da consciência de uma identidade evolutiva e do conhecimento epistemológico existencial. Nesse mesmo sentido, a autora ressalta o potencial da pesquisa (auto)biográfica realizada com narrativas de vida e formação, pois a

[...] pesquisa a partir das narrativas de vida ou, para ser mais preciso[a], das narrativas centradas na formação, realizadas em uma perspectiva que coloca em evidência e que questiona as heranças, as continuidades e as rupturas, os projetos de vida, os múltiplos recursos relacionados às aquisições experienciais etc., esse trabalho de reflexão a partir do uso das narrativas na autoformação (pensando, se sensibilizando, imaginando, se emocionando, apreciando, amando) permite fazer um balanço das mudanças sociais e culturais nas vidas singulares e colocá-las em relação com a evolução dos contextos da vida social e profissional. As subjetividades expressas são confrontadas com a sua frequente inadequação à uma compreensão libertadora de criatividade nos nossos contextos de mudança. O trabalho sobre essa subjetividade singular e plural torna-se uma prioridade para a formação em geral e para o trabalho com as narrativas de vida em particular. (JOSSO, 2016, p. 59-60)

Enfim, ressalvo que por uma escolha política e epistemológica, o texto é escrito no feminino, na primeira pessoa do singular, salvo as adequações linguísticas necessárias. Pois, entendo que sendo este trabalho uma pesquisa (auto)biográfica, realizado com mulheres feministas e por uma mulher feminista, não existem razões para escrever o texto no gênero masculino, mesmo este sendo considerado como universal pela norma culta. Essa escolha, em hipótese alguma, significa que o texto não é destinado aos homens e/ou nem deve ser lido por eles. Trata-se, como esclarece a autora Débora Diniz (2013), de “uma coerência textual à minha existência”, baseada na crença consciente de que o lugar dos homens já foi conquistado, legitimado e garantido, em diversos setores da sociedade civil, especialmente, no mundo acadêmico. Também, opto por não utilizar os caracteres “e”, “x” ou @ para indicar uma neutralidade de gênero, mesmo me identificando como uma aliada da comunidade LGBTQIAPN+, a neutralidade não é a intenção aqui. Portanto, “se o masculino é universal e o neutro também a incomoda, escolha uma subversão da norma”, escolha escrever no feminino.

Sustentando a caminhada contra os sistemas de opressão e submissão: a materialidade teórica-metodológica e o aporte epistemológico

*Essa vai
Pra todas as mulheres
Marianas, índias, brancas
Negras, pardas, indianas
Essa vai pra você que sentiu aí no peito
O quanto é essencial ter o mínimo respeito
Essa dor é secular e em algum momento a de curar
Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal
(Mariana Nolasco)²*

Quando se propõe um estudo (auto)biográfico feminista, é importante ter-se em mente duas premissas. A primeira é o fato de que precisamos legitimar nossa escrita e demonstrar que o estudo/pesquisas de temas que correlacionam as mulheres, o gênero e os feminismos não são a “perfumaria” das ciências humanas, e sim, um resgate epistemológico, existencial e essencial. Em vista disso, a construção de um bom referencial teórico-metodológico, confere a sustentação necessária para afirmar-se teorias, argumentar hipóteses e construir novas realidades. A segunda premissa, refere-se ao cunho científico intrínseco a todas as pesquisas produzidas academicamente. Pois, é esperado um certo “padrão/modelo” no fazer ciência, que deve ser observado tanto na pesquisa em si quanto na publicização dos resultados. Esse “padrão/modelo” exige o afastamento da pesquisadora do seu objeto de pesquisa, zela pela neutralidade na pesquisa e reflete preceitos de uma ciência cartesiana, dura e mecanicista. Assim sendo, advirto – esse trabalho é subversivo – no sentido de que a pesquisa realizada e a escrita de seus achados, não estão baseadas na racionalidade dedutiva, nem na lógica estatística. É, um estudo feminista e (auto)biográfico, no qual a ordem do emocional e da afetividade permeiam as relações dentro e fora da pesquisa. Dessa forma, a escrita do sensível, do singular-plural, do existencial e do essencial, inspiram e acompanham o texto.

Com efeito, mostra-se necessário estabelecer alguns marcos conceituais para demonstrar o alinhamento teórico da pesquisa e as pretensões investigativas do estudo. Dessa forma, inicialmente, pretende-se esclarecer que

² A escrita desse capítulo é um manifesto, assim como a música “Pra todas as mulheres” de Mariana Nolasco. Você pode visualizar a letra e ouvir a música, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=SCzS5GRRZbE>

o conceito de “gênero” não deve ser definido de maneira reducionista e/ou simplista, com base apenas no caráter biológico. É necessário “assumir que todos os sujeitos são construídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita – sempre – a partir de um dado lugar” (LOURO, 2018, p. 145). Outrossim, conforme reforça a autora Guacira Lopes Louro (2018, p. 25-26), o conceito de gênero não é baseado apenas no caráter biológico das pessoas, e sim no movimento de reconhecer que são as construções históricas e sociais que produzem o “ser-mulher” e o “ser-homem”.

Da mesma forma, a autora Joan Scott (2019) reflete sobre as implicações da construção social dos seres e o sentido do feminino e do masculino em uma sociedade orientada por símbolos e representações. Porquanto, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67). Contudo, penso que o conceito de gênero é atravessado por inúmeros contextos, sistemas e realidades, caracterizando-se, sim, como uma construção social, mas que é permeado pela cultura, pela política, pelo sistema econômico, pelo momento histórico, pelo lugar geográfico, pelo etarismo, dentre tantos outros atravessamentos. Para pensar o conceito de gênero é preciso um olhar integrativo e interseccional, que considere os entrecruzamentos que compõe as realidades, sem esquecer de observar os sistemas parasitários de opressão/submissão/dominação, que impregnam, manipulam e adoecem nossas realidades.

Tornar-se mulher, com referência à máxima da filósofa Simone de Beauvoir (2016), é muito mais do que ser classificada como pertencente ao sexo feminino. No Brasil, todas as pessoas são oficialmente classificadas em razão do sexo/gênero no momento do nascimento. Essa classificação é baseada, unicamente, no caráter biológico a partir da observação da genitália e fica registrada na Certidão de Nascimento, um documento oficial que acompanha a pessoa por toda sua vida. Mas, constituir-se ou tornar-se mulher é um processo que se estabelece ao longo da existência, à medida que a pessoa se produz como ser social, sendo atravessada por diferentes contextos, por diversas realidades, em um processo que não é linear, nem estagnado.

Historicamente, a dualidade dicotômica construída entre a figura do homem e a figura da mulher reflete em papéis sociais que conferem poder ou sujeição. Enquanto os homens ocuparam as posições sociais consideradas hierarquicamente superiores, posições de poder, de mando e de decisão, como exemplo, cargos políticos, dirigentes econômicos, chefes de grandes empresas, dentre outros. As mulheres foram destinadas a posições sociais menores, que carregam o rótulo da subordinação, do silêncio e da invisibilidade, exercendo atividades de cuidado e de auxílio, como exemplo, enfermeiras, professoras, secretárias, dentre outras. A construção e a manutenção dessa realidade díspar implicam no domínio da história, pois a narrativa emitida é feita sempre pela parte mais forte, mais reconhecida e que tem suas vozes e seu espaço legitimado. Ou seja, a história é sempre contada pelos homens. Conforme a autora Maria Amélia de Almeida Teles (1999), reconhecer a mulher como um ser social e resgatar sua memória “é assumir a postura incômoda [e necessária] de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade viu-se milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos” (TELES, 1999, p. 9).

Ainda neste certame, a autora Heleieth Saffioti (2013) atribui que os principais sistemas de opressão e submissão são o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Esses sistemas refletem uma visão globalizada da modernidade que atribui à mulher “quatro papéis fundamentais: trabalhadora, reprodutora, ser sexual e socializadora dos filhos” (SAFFIOTI, 2013, p. 89). Entende-se que o capitalismo é um sistema econômico e social, baseado na manutenção da propriedade privada, no domínio dos meios de produção e na acumulação do lucro. Ou ainda, o capitalismo por ser descrito como

“a acumulação de bens em poucas mãos e a farta distribuição da miséria para muitos, nestas abissais desigualdades morando o inimigo, ou seja, a contradição fundante deste modo de produção, ao qual são inerentes a injustiça e a iniquidade” (SAFFIOTI, 2015, p. 14).

Dessa forma, precisamos refletir de que forma o capitalismo afeta a vida das mulheres, especificamente, precisamos pensar criticamente a relação entre o capitalismo e o trabalho doméstico realizado, majoritariamente, pelas mulheres e como o capitalismo se apropria desse trabalho. Conforme a autora Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico, refletido no trabalho produtivo e

reprodutivo das mulheres é que sustenta o próprio sistema capitalista, pois nós mulheres “produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 68). Ou seja, as mulheres abastecem o sistema capitalista produzindo, cuidando e socializando a mão de obra mercadológica, os trabalhadores e as trabalhadoras, que por sua vez tem suas capacidades e habilidades expropriadas pelo capitalismo.

O debate sobre o trabalho doméstico realizado pelas mulheres põe em evidência a atividade executada dentro dos lares, no ambiente privado e familiar, que por décadas foi considerado como dever, vocação e destino das mulheres. A autora Susan Ferguson e o autor David McNally, ao analisar a obra *Marxism and the Oppression of Women* de Lise Vogel, são cirúrgicos ao concluírem que “sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 28).

Insta esclarecer que, quando se fala de trabalho doméstico, se está considerando toda a atividade produtiva e reprodutiva realizada, em grande parte, pelas mulheres dentro do contexto familiar. Como exemplo, as atividades de reprodução: gerar e socializar; as atividades de manutenção dos lares: lavar, passar, cozinhar, limpar; as atividades de cuidado: de filhas e filhos, de companheiros, de idosos; as atividades de gestão: fazer compras no supermercado, levar as crianças à escola, administrar os gastos da residência (luz, gás, água); as atividades de lazer: brincar com as crianças, entreter idosos, agradar o marido e; as atividades sexuais: servir ao marido, aos desejos, necessidades e impulsos sexuais do homem. Em suma, o trabalho doméstico engloba uma multiplicidade de atividades laborativas: cozinheira, arrumadeira, passadeira, faxineira, recreacionista, motorista, administradora, gestora, cuidadora e profissional do sexo. Contudo, quando todas essas atividades são realizadas fora do ambiente familiar/privado, quando as mulheres prestam um trabalho doméstico regido pela CLT³. Para a sociedade civil/público, elas são remuneradas, a atividade é reconhecida como trabalho e aceita socialmente. Porém quando essas mesmas atividades são realizadas sob o véu do trabalho

³ Consolidação das Leis do Trabalho

doméstico, não são reconhecidas como trabalho e não são remuneradas. Para mascarar a exploração do trabalho doméstico realizado pelas mulheres no contexto privado dos lares, os sistemas de opressão/submissão engendram o imaginário social que confere o trabalho doméstico às mulheres, argumentando que cuidar da casa e da família é papel das mulheres e é uma atividade de cuidado exercida como demonstração de afeto e de cuidado, afinal “quem ama, cuida”.

Neste sentido, Federici (2019) refere que o trabalho doméstico realizado, majoritariamente, pelas mulheres dentro do ambiente familiar, perde seu reconhecimento social e legal de trabalho e passa a ser reconhecido como uma atividade afetiva. Para a autora, o

‘Trabalho afetivo’ é usado atualmente para descrever novas atividades de trabalho no setor de serviços, ou para conceitualizar a natureza do trabalho na era ‘pós-fordista’, e pode também ser entendido como sinônimo de trabalho reprodutivo ou um ponto de partida para repensar os fundamentos do discurso feminista (FEDERICI, 2019, p. 324).

A família é o exemplo de uma das engrenagens que movem a máquina do capitalismo, dentre outras tantas, como exemplo, o Estado que controla os corpos e a liberdade reprodutiva das mulheres. Mas, a pestilência do capitalismo não está restrita à exploração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, ele é identificado em todos os setores da sociedade, ou ainda, ele é quem compõe e configura a sociedade moderna. No que tange os sistemas de dominação-exploração (capitalismo, racismo, patriarcado e colonialismo), acredita-se que a simples eliminação de um deles não seria suficiente para superar as desigualdades, as injustiças, as discriminações e as diferenças sociais. Pois “foi tão profunda a fusão entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que seria impensável a eliminação dos dois primeiros sistemas de dominação-exploração, preservando-se o terceiro” (SAFFIOTI, 1987, p. 107).

Outro sistema que atua na manutenção das relações de opressão e submissão é o racismo. Conforme a autora Djamila Ribeiro (2019), o racismo é “um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (RIBEIRO, 2019, p. 12). Assim sendo, quando se fala em racismo, se está propondo um debate sócio estrutural de um sistema que oprime a população negra a partir de uma sociedade que “vem [se] beneficiando

economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas” (RIBEIRO, 2019, p. 9).

Trata-se de uma opressão de origem escravagista, que permanece na sociedade contemporânea com as mesmas precisas do século XVI, ou seja, o povo negro, tratado como mercadoria, tem sua mão de obra explorada, é marginalizado e negam-lhe direito de existência. A negação de direitos básicos não é uma premissa apenas do Brasil, conforme a autora Angela Davis (2016), a população negra, especialmente as mulheres negras, sempre precisaram lutar contra a exploração de suas vidas e de seus corpos, escravizados e objetificados, a mulher negra foi tratada como reprodutora natural, hipersexualizada e explorada de forma cruel.

Uma pauta que sempre esteve presente na luta das mulheres negras é a reivindicação por acesso à educação e permanência nos espaços de aprendizagem, pois além destes serem ambientes sexistas, o que por si só já dificulta o acesso e a permanência de mulheres, é ainda mais hostil às mulheres negras, que sofrem duplamente com os sistemas de opressão/submissão. Pois, como mulheres, são impedidas pelas barreiras do patriarcado e, enquanto negras, são excluídas pelo sistema racista estrutural e estruturante. Além do fato de que “de acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade” (DAVIS, 2016, p. 109). Dessa forma, sendo considerada como intelectualmente inferior, fisicamente explorada e sexualmente violentada a população negra sofreu um epistemicídio, ou seja, sofreu “o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (RIBEIRO, 2019, p. 61), ou ainda, “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 10). Isso significa que o racismo não é somente o responsável pela discriminação da população negra, é sobretudo um alicerce instituído para suprimir toda uma cultura de costumes, tradições, produções e saberes.

Mas, não é apenas o capitalismo e o racismo os responsáveis pela opressão/submissão/dominação das mulheres, precisa-se considerar ainda o

patriarcado e o colonialismo como engrenagens que sustentam um sistema muito bem orquestrado. De acordo com a autora Gerda Lerner (2019), o patriarcado pode ser, de forma muito ampla, definido como

[...] a manifestação da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder (LERNER, 2019, p. 290).

Nesse sentido, o patriarcado vem moldando, ao longo do tempo, uma sociedade incutida pela ideia da dominação masculina, que acaba sujeitando as mulheres a papéis inferiores e a padrões específicos. O predomínio dos homens nos espaços de poder, como exemplo, economia, educação e política, permite manobras articuladas que agem na manutenção do status de subordinação das mulheres. Assim sendo, as mulheres, foram subjugadas pelo sistema patriarcal e destinadas à um papel de sujeição, ou seja, “podemos não servir a um homem, mas todas estamos em uma relação de servidão no que concerne ao mundo masculino como um todo” (FEDERICI, 2019, p. 46).

Desta maneira, a estrutura imposta pelo sistema do patriarcado pode ser didaticamente observada dentro do contexto privado e familiar, no qual o homem ocupa o espaço de provedor e estabelece sua posição como mandatário em uma relação de poder. Nesse cenário, a mulher ocupa o papel de servidão, dedicada às atividades do cuidado, imposta a ela como uma consequência natural à sua condição biológica que a classifica como mulher. Contudo, a subordinação patriarcal da mulher ao homem não está restrita apenas ao âmbito privado, é no âmbito público que essa relação se torna mais nociva, pois, é a exclusão das mulheres dos espaços de mando e das posições de poder que fortalece “a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 51). Contudo, precisa-se observar quem são os homens que ocupam as posições de poder, pois, não é qualquer homem que pode ocupar esses espaços. Existe (exige-se) um sim um tipo específico de homem, que, nas palavras de Saffioti (1987), “o poder é branco, masculino e adulto” (p. 85). A esse perfil, acrescenta-se ainda as particularidades da masculinidade dominante, identidade sexual e a posição religiosa, econômica e política. Dessa forma, pode-se concluir que o poder é branco, masculino, adulto, heterossexual, cristão, burguês e

conservador, cada uma dessas especificações não serve apenas para definir o perfil do poder, mas especialmente para definir quem não terá poder.

E, finalmente, pode-se elencar o colonialismo como parte integrante dos sistemas de dominação que subjuga não apenas as mulheres, como também populações, povos e culturas. De acordo com o autor Aníbal Quijano (2009), o colonialismo se refere “a uma estrutura de dominação/exploração onde o control[e] da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade” (QUIJANO, 2009, p. 73). Outro elemento importante que precisa ser considerado em relação ao conceito de colonialismo é a territorialidade, pois a colonização se configura quando se tem uma situação em que um país dominante (colonizador) ocupa/domina outro território (colonizado), outro país. Ainda que se nomeie o colonialismo como sistema de opressão, a referência que se faz é quanto a colonialidade, um elemento constitutivo do colonialismo. De forma mais específica,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população no mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e de escala societal (QUIJANO, 2009, p. 73).

Cabe ressaltar que dentre os conceitos que circundam o sistema opressivo perpetuado pela colonialidade, Quijano (2009) refere que, em suma, a questão central é a análise do poder e suas disputas. Essas disputas ocorrem, principalmente, pelo controle dos meios de existência social, como, por exemplo, o controle do trabalho e seus produtos, dos meios de produção, da reprodução, da natureza e das subjetividades. O resultado desse processo imposto pelo colonialismo é a colonialidade do poder, que é uma proposta de “heterogeneidade histórico-estrutural de todos os mundos de existência social” (QUIJANO, 2009, p. 76). Assim sendo, a colonialidade do poder busca impor a dominação de um povo e sua cultura para implementar os usos, os costumes e os interesses de outra cultura dominante.

A autora Rita Segato (2021) reflete que a colonialidade exige uma antropologia por demanda, pela necessidade e urgência em se propor um projeto histórico alternativo que promova uma ruptura com os interesses do capital. Pois,

“a heterogeneidade histórico-estrutural da existência social implica, indissociável e simultaneamente, as dimensões econômica, social e civilizatória” (SEGATO, 2021, p. 57). A proposta consiste em ir além da releitura social, consiste na reconstrução/reestruturação social por meio da interpretação de realidades suprimidas, em que os atravessamentos de raça, gênero, cultura, geopolítica e subjetividades impactam diretamente no conceito de mundo. É uma litigância contra todas as formas de opressão e submissão que dominam, exploram e subalternizam mulheres, povos e culturas.

Nesse sentido, a autora María Lugones (2020) reflete acerca da colonialidade de gênero que problematiza, além das diferenças sociais construídas em torno do gênero, as questões de violência e a indiferença do Estado em combater o patriarcado branco e as formas de dominação existentes. A categorização e o processo dicotômico hierárquico, produzidos pela colonialidade de gênero trazem em seu cerne uma cegueira epistemológica, e, para combater essas estruturas se faz necessário uma análise crítica a partir da formação de um pensamento decolonial, rumo a um movimento contra hegemônico que questione as estruturas de poder. Conforme a autora, a colonialidade de gênero é um recorte cruel que encobre a desumanização racista pautada na violência, pois

[...] o termo ‘mulher’, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder (LUGONES, 2020, p. 60).

Isto posto, atrelado a ideia de que a teorização é importante, mas o caráter transformador só pode surgir da união da teoria com a prática. Refletindo, assim, o pensamento do educador Paulo Freire (2017) que chama de práxis a união entre a teoria e a prática, ou seja, “é a reflexão e ação dos homens [e das mulheres] sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2017, p. 52). Mantendo o pensamento freiriano de práxis e da educação como movimento libertador, a autora bell hooks (2017) reflete sobre a necessidade de se criar uma comunidade pedagógica que estabeleça uma educação que reconheça, respeite e trabalhe as diferenças sociais, raciais, políticas e econômicas com elemento

(trans)(re)formador, pois “reconhecendo a subjetividade e os limites da identidade, rompemos essa objetificação tão necessária numa cultura de dominação” (HOOKS, 2017, p. 186).

Com isso em mente e com a premissa da autora Patrícia Hill Collins (2020) de que “as pessoas oprimidas precisam da educação para desenvolver consciência crítica, porque, sem ela, lhes faltam ferramentas importantes tanto para analisar quanto para se opor à própria subordinação” (COLLINS, 2020, p. 239), é que a luta das mulheres, desde o início, com o pensamento de Olympe de Gouges (1748-1793) e de Mary Wollstonecraft (1759-1797), reivindica o direito à educação. Contudo, salienta-se que não basta o acesso a qualquer educação, pois a educação bancária formadora de mão de obra minimamente qualificada destinada ao abastecimento das necessidades do mercado capitalista, não nos serve. Precisamos de uma educação com práticas que realmente promovam uma consciência crítica como base para uma sociedade justa e equânime.

Com base em todo o exposto a respeito do referencial teórico e da materialidade do pensamento crítico-reflexivo, precisa-se, ainda, elaborar a perspectiva de uma abordagem metodológica feminista e insurgente. Assim sendo, apostei na pesquisa (auto)biográfica como caminho para construir e conhecer a realidade dos contextos nos quais as mulheres estão inseridas.

A PERSPECTIVA DA ABORDAGEM (AUTO)BIOGRÁFICA

A pesquisa (auto)biográfica é uma proposta teórico-metodológica que visa potencializar os processos de (re)conhecimento de si e das diferentes realidades por meio das narrativas de histórias de vida. É um caminho investigativo que valoriza as identidades e as subjetividades, promovendo o movimento ativo de olhar, escutar e sentir. Conforme Elizeu Clementino de Souza e Mariana Martins de Meireles (2018), as dimensões epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica promovem “movimentos de ver, escutar, sentir, elaborar e socializar conhecimentos” (p. 286), priorizando o humano.

O movimento narrativo das histórias de vida é uma dinâmica que aciona o olhar para si, pois, busca na memória as vivências e as experiências da constituição identitária, da consciência ativa e da interação com o meio. Tem-se que os processos de socialização perpassam por “compreensões simbólicas, valores e costumes” (SOUZA; MEIRELES, 2018, p. 288) que, algumas vezes, desconsideram as subjetividades e imperam de maneira compulsória na formação dos seres humanos.

Contudo, é imprescindível esclarecer a diferença entre as vivências e as experiências. Considerando, que ambas são resultadas de práticas constituídas ao longo da vida, não possuem o mesmo significado, e essa compreensão é essencial para as pesquisas (auto)biográficas. De acordo com Marie-Christine Josso (2009), “todas as experiências são vivências, mas nem todas as vivências tornam-se experiências” (p. 137). A autora explica a diferenciação ressaltando que,

As vivências constituem o tecido do nosso cotidiano. Nem sempre estas vivências ficam na nossa memória ou propiciam uma ocasião de aprender qualquer coisa recente que vai ficar, enquanto recurso novo, daqui para frente. Pode ser uma ideia nova, um comportamento novo, um saber-fazer num campo de atuação consigo mesmo, com os outros, em situações específicas, com objetos ou máquinas. É suficiente se referir às competências genéricas e transversais [...], para perceber que a experiência é produzida por uma vivência que escolhemos ou aceitamos como fonte de aprendizagem particular ou formação de vida. Isto significa que temos que fazer um trabalho de reflexões sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido (JOSSO, 2009, p. 137).

Assim sendo, para que as vivências se tornem experiências é preciso que exista um movimento crítico-reflexivo que (re)viva e recupere aquela ação do cotidiano e a transforme em experiências. Algumas vezes, esses momentos que ativam as memórias, são epifanias das “dimensões do nosso ser-no-mundo” (JOSSO, 2009, p. 137). Quando esses ensejos ocorrem a partir das (auto)biografias feministas, pode-se observar uma consciência do ser-mulher entrelaçada com uma resiliência pessoal-coletiva que articula o passado com o futuro.

A pesquisa (auto)biográfica em Educação é um campo fértil para explorar um saber singular, advindo de um fato biográfico, capaz de constituir um processo de conhecimento e (trans)formação de si e do mundo social e histórico. Nesse sentido, Christine Delory-Momberger (2006) esclarece que “o saber

pretendido pela pesquisa biográfica é o de explorar o espaço e a função biográfica nos processos complementares de individuação e de socialização” (p. 137). O modo como experienciamos o mundo e as realidades pelas quais transitamos, produzem um conjunto de interações responsáveis pela constituição de identidades e subjetividades. Todas as particularidades/singularidades que permeiam o ser-mulher, também perpassam pelo coletivo/plural na medida em que histórias, memórias, realidades e experiências se entrecruzam criando um (re)conhecimento existencial e essencial. Esse movimento de (re)conhecimento singular-plural, torna possível uma dupla dimensão da abordagem biográfica, na qual, se relacionam os saber individuais com os saberes coletivos. Da mesma forma, a autora observa que

[...] a atividade biográfica pode ser descrita como um conjunto de operações mentais, verbais, comportamentais, pelas quais os indivíduos se inscrevem subjetivamente nas temporalidades históricas e sociais que lhes antecedem e os ambientam, apropriando-se das sequências, dos programas e dos padrões biográficos formalizados (currículo, escola, currículo profissional, mas também *scripts* de ação e cenários) dos mundos sociais dos quais eles participam. Consequentemente, ela surge como um processo essencial de constituição do indivíduo em sociedade. **A categoria biográfica poderia ser definida como uma categoria da experiência que permite ao indivíduo, nas condições de sua inscrição sociohistórica, integrar, estruturar, interpretar situações e os acontecimentos da sua vivência.** (DELORY-MOMBERGER, 2016, p. 138, grifo meu)

Os itinerários de biografização⁴, contam ainda com um caráter formativo, a partir da aprendizagem experiencial do processo identitário. Trata-se da percepção de uma perspectiva ontológica do ser-estar no mundo, na natureza e na sociedade. Conforme a autora Inês Ferreira de Souza Bragança (2011), que traduz o termo (auto)biográfico como um movimento de flexibilidade, no qual, as histórias de vida, permeadas por biografias educativas, surgem de um processo de reflexão da própria vida. A autora ainda demonstra que uma formação de abordagem (auto)biográfica traz o humano para o centro das análises e “vai abrindo caminhos para uma transformação interior e, ao mesmo tempo, projeta-se nas relações do sujeito com o mundo, ou seja, há uma dialética indissociável entre o “eu” e o “nós” na constituição da formação” (BRAGANÇA.

⁴ Diz respeito ao “conjunto das operações e dos comportamentos pelos quais os indivíduos trabalham para se dar uma forma própria na qual eles se reconhecem a si mesmos e se fazem reconhecer pelos outros” (DELORY-MOMBERGER, 2016, p. 139)

2011, p. 158). Assim sendo, o processo educativo perpassa toda a vida humana, uma vez que esse processo diz respeito à integralidade das vivências e experiências e, não apenas, as instâncias institucionalizadas de uma educação formal.

Contudo, cabe salientar que, conforme assevera Bragança (2011), os processos formativos ocorrem, majoritariamente, nas trocas experienciais e biográficas que ocorrem dentro de um contexto coletivo. Haja visto que, apesar das histórias de vida e das experiências serem individuais, sua intensidade reflexiva é potencializada quando essas experiências formativas são coletivas. Neste linear, tem-se que “atribuir ênfase à autoformação como processo individual acarreta o risco de fortalecer a posição ideológica de isolamento do sujeito [e da sujeita]” (BRAGANÇA, 2011, p. 160). E, não apenas, considerando que a formação ocorre na coletividade, essa interação entre o singular e o plural mostra-se imprescindível para a intersecção entre a socialização, a criticidade e a construção identitária.

Com o propósito de demonstrar as possibilidades e os métodos que as pesquisa (auto)biográfica possui, Souza e Meireles (2018), realizaram um mapeamento exemplificando os principais métodos/instrumentos utilizados para a produção/construção dos dados. Assim sendo, tem-se que as pesquisas (auto)biográficas contam com diferentes tipos de narrativas, podendo as histórias de vida serem construídas por intermédio de narrativas orais, como exemplo, a entrevista narrativa, a roda de conversa e o ateliê biográfico, dentre outras possibilidades. Ainda, pode-se utilizar as narrativas escritas, como exemplos, cartas, memoriais, diários etc. E, existem ainda as narrativas imagéticas, nas quais as memórias são acessadas por intermédio de imagens significativas que remontam as histórias de vida, como por exemplo, as fotografias.

Estimo que as cartas possuem um potencial que merece ser explorado e que elas podem servir como meio e/ou caminho para a construção de narrativas sensíveis que integrem experiências individuais. Contudo, penso que para contemplar a maestria das pesquisas (auto)biográficas, é preciso haver uma bricolagem entre os métodos, para possibilitar que as histórias individuais sejam partilhadas de forma coletiva. Dessa forma, pode-se vislumbrar, além do

processo constitutivo e identitário que valoriza as subjetividades, um processo (trans)(auto)formativo mediado pela (re)tomada de consciência de si e do ser-estar no mundo.

Isto posto, a dinâmica das cartas surge com o intuito de estabelecer uma relação (auto)biográfica entre as mulheres e suas memórias. Transferindo para as cartas suas histórias de vida e formação intermediadas pelo processo de (re)lembrar suas experiências e vivências. Esse movimento é apropriado para promover um olhar sensível e transformador, capaz de fortalecer suas relações afetivas e de militância, visando uma (trans)(re)construção social, humana e política.

Nosso caminhar: o percurso metodológico é integrativo

Este estudo é uma pesquisa (auto)biográfica feminista de abordagem qualitativa, destinado a explorar as narrativas das histórias de vida e formação de mulheres feministas que se dedicam aos estudos de gênero e integram o Grupo de estudos feministas – ELAS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O grupo de estudos foi criado, em março de 2014, após a I Jornada de lutas das Mulheres em Santa Maria. Na oportunidade, um grupo de mulheres, fomentadas pelas discussões dos temas de gênero, mulheres e feminismos, procurou a Profa. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão, que segue coordenando o grupo até hoje, para que formassem um grupo destinado ao estudo, debate e reflexão acerca dessas temáticas. Isto posto, as atividades do grupo iniciaram já no mês seguinte, em abril de 2014, e “os encontros foram estruturados a partir da metodologia feminista, que propões o debate teórico em diálogo com as experiências e o cotidiano das mulheres, o que é a marcado do grupo até hoje” (NASINHAKA; PAIXÃO, 2022, p. 342)

Ainda, é um estudo de natureza teórico-aplicada baseado em histórias de vida e de formação no qual pode-se observar a relação entre as memórias e as narrativas (auto)biográficas de mulheres feministas. A ideia inicial para o estudo surgiu de alguns anseios, dentre eles, a motivação em investigar das trajetórias de vida de mulheres pertencentes a diferentes realidades, espaços, construções, histórias e com memórias distintas, para identificar como os estudos feministas

viabilizam a (trans)formação social e a promoção de uma formação humana, emancipatória e libertadora.

Assim sendo, o ponto de partida foi a hipótese de que os estudos feministas são capazes de proporcionar um “novo” olhar de mundo, uma outra forma de ler a sociedade e identificar os diferentes atravessamentos que atuam na manutenção dos sistemas de opressão e submissão. E, a partir disso, promover mudanças sociais significativas com o intuito de transformar realidades e na busca por outras possibilidades.

Como já mencionado, a sociedade que se tem hoje, utiliza algumas instituições como instrumento homogeneizador sob a influência dos sistemas opressores vigentes, quais sejam: racismo (DAVIS, 2016), patriarcado (LERNER, 2019), capitalismo (SAFFIOTI, 2013) e colonialismo/colonialidade (SEGATO, 2021). Contudo, o ensino formal e institucionalizado, é reconhecido pela sociedade em geral como a via hábil para conferir titulações acadêmicas que possibilitam o acesso a espaços restritos, tradicionalmente destinados a pessoas eruditas e que, ao longo da história, foram ocupados por homens, brancos, heterossexuais, cristãos e burgueses. Com esse pensamento em mente, se demonstra a importância desse estudo, que visa evidenciar as histórias de vida de mulheres que estudam os feminismos e, que vislumbram uma nova leitura de Mundo, dentro de um espaço formal de educação.

A partir disso, a pesquisa foi desenvolvida em 03 (três) etapas e contou com 02 (dois) encontros presenciais, ocorridos nos dias 22 de maio e 05 de junho, do corrente ano de 2023. O dia escolhido refere-se ao dia da semana (segundas-feiras) que o Grupo de estudos feministas ELAS, normalmente se reúne e os encontros ocorrem uma vez por semana. A previsão era a de realizar a pesquisa em semanas subsequentes, mas a imprevisibilidade de compromissos urgentes para diversas integrantes do grupo, fizeram com que a data do segundo encontro fosse ajustada, restando a diferença de duas semanas (14 dias) entre um encontro e outro.

Participaram da pesquisa, da 1ª etapa, 08 (oito) mulheres voluntárias na qualidade de colaboradoras, integrantes do Grupo de estudos feministas – ELAS, com perfis distintos. Em um primeiro momento (1º encontro/etapa), foi

realizado um diálogo com todas as integrantes do ELAS, para apresentar a proposta do estudo (objetivos, justificativa, metodologia, relevância etc.) e como a pesquisa seria desenvolvida (métodos). Todas as mulheres, de pronto, aceitaram participar do estudo e, assim sendo, foi distribuído o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguido de sua leitura e assinatura. Após esse momento, deu-se início a produção dos dados de identificação e caracterização das participantes, por meio de um questionário com perguntas abertas que foi respondido e entregue na mesma oportunidade.

Cabe observar que, inicialmente, o estudo contaria com a participação de 07 (sete) mulheres, integrantes do ELAS, porém, quando a proposta do estudo foi apresentada para o grupo, por unanimidade, houve o pedido para que a líder⁵ do grupo também participasse da pesquisa. Por considerar este, um movimento integrativo e coletivo, optei por acolher o pedido da participação, acreditando que o estudo iria proporcionar uma experiência construtiva, não apenas para a pesquisa, mas, especialmente, para a socialização, o fortalecimento de vínculos e o processo de (auto)formação.

Ao final do 1º encontro, foi solicitado das participantes que, antes do próximo encontro (2 semanas), escrevessem uma carta (2ª etapa), no momento e local que mais lhes fosse conveniente. Solicitou-se ainda, que a escrita da carta contemplasse os seguintes questionamentos (eixos – unidades de análise), que serviriam como guia para as posteriores análises:

- Como foi a sua infância e escolarização? (eixo 1 – infância)
- Qual foi a primeira vez (ou a vez mais marcante), na sua vida, que você percebeu que as questões de gênero causaram impacto em você? (eixo 2 – percepção)
- Durante sua formação acadêmica o gênero esteve presente? Conte-me como foi essa vivência. (eixo 3 – formação)

⁵ O uso do termo “líder” é utilizado pela CAPES e pelo CNPq para identificar a pessoa responsável por coordenar/liderar um grupo de estudos, pesquisa e/ou extensão e, foi por esse motivo que mantive a terminologia. Contudo, no grupo de estudos feministas – ELAS, não existe uma hierarquia de comando, pensamento ou ideologia, o grupo é coeso, integrado e organizado com base na igualdade entre todas, na liberdade de pensamento, na manifestação das identidades e na valorização das subjetividades. Dessa forma, a hierarquia a qual o termo “líder” remete, não se aplica a organização igualitária e afetiva do ELAS.

- Quais transformações você percebe que ocorreram em você e no seu meio, depois que começou a estudar gênero e os feminismos? (eixo 4 – transformação)

As participantes receberam por escrito as orientações para a escrita da carta e as questões que deveriam ser contempladas durante sua escrita. Também foi solicitado que elas escolhessem a/o destinatária/o da sua carta.

As perguntas que guiaram a escrita da carta foram abertas para que as mulheres pudessem ter a liberdade de escolher quais histórias e memórias elas gostariam de sistematizar e compartilhar. Para fins de análise, as perguntas foram sustentadas em 4 eixos que serviram de estrutura para a análise. Os eixos, tinham o intuito de refletir os momentos da vida, nos quais as questões de gênero estavam presentes, gerando uma memória significativa, seja ela positiva ou negativa.

Transcorrido o tempo acordado, no 2º encontro, foi realizada uma roda de conversa (3ª etapa), com todas as mulheres participantes. Esse encontro foi destinado à leitura das cartas escritas, partilhas de histórias e memórias, integração e interação com o grupo. Após a leitura de cada carta, houve algumas trocas e, em algumas situações, foram realizados questionamentos acerca do conteúdo da carta, no intuito de tensionar e aprofundar alguns pontos. Cabe ressaltar que, a roda de conversa foi gravada em áudio e transcrita, mas esse material não será objeto de análise, no momento. Acredito que mantendo o foco apenas nas cartas escritas as intersecções das histórias e os tensionamentos poderão ser mais bem explorados. Ademais, o método central da pesquisa são, de fato, as cartas.

A imagem abaixo, ilustra o percurso e as etapas da pesquisa que foram realizadas, de forma sistematizada para melhor compreensão:

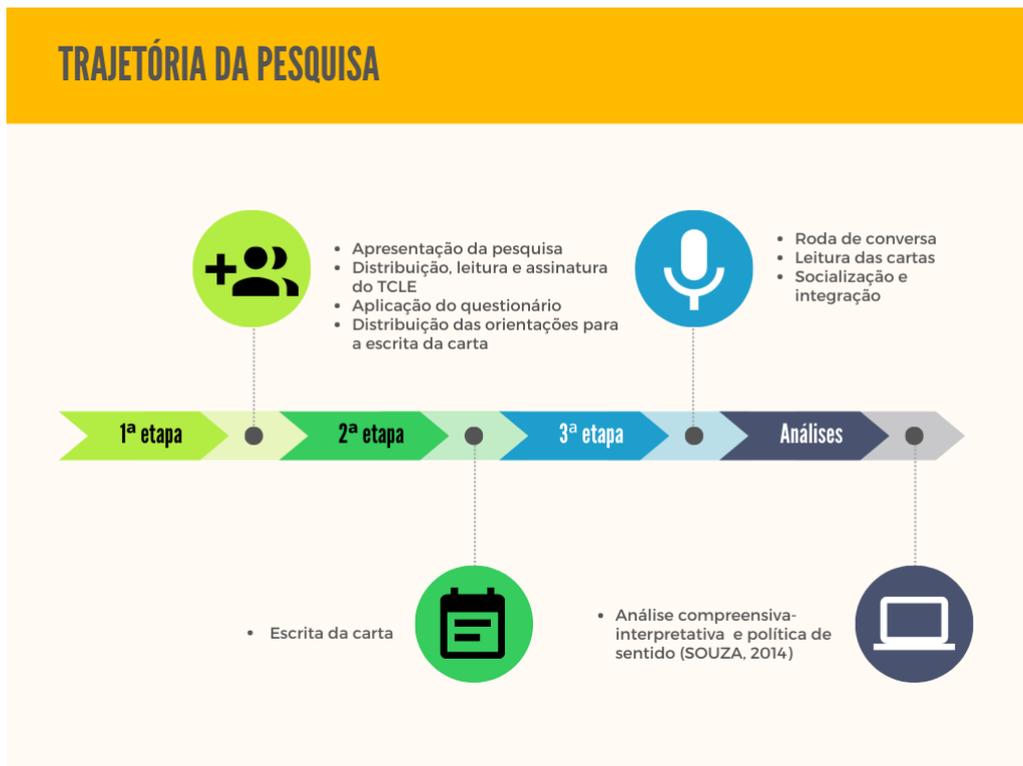


Figura 1 - Trajetória da pesquisa. Produzido pela pesquisadora.

As cartas escritas, foram submetidas à análise compreensiva-interpretativa e política de sentido (SANTOS, 2014). A escolha do tipo de análise utiliza parte do pressuposto que as pesquisa (auto)biográficas com narrativas, sejam elas escritas, orais ou imagéticas, possibilitam uma outra forma de fazer ciência, de produzir conhecimento e de fomentar um processo (auto)formativo. Tendo como base na valorização das subjetividades e das identidades, expressas por meio das histórias de vida. Nesse sentido, o autor Elizeu Clementino dos Santos (2014) esclarece que

O movimento biográfico que se desenvolver e consolida nas Ciências Humanas e Sociais, mais do que invadir a vida humana, parte do princípio deontológico e busca assegurar a vida, ao abrir espaços para socialização e partilha de modos próprios de como os sujeitos vivem, se desenvolvem, aprendem, enfrentam conflitos, buscam alternativas para superar as adversidades da vida frente aos processos de inclusão/exclusão social. (SANTOS, 2014, p. 41)

Assim sendo, as mulheres compõem um grupo historicamente dominado pelos sistemas de opressão e submissão, suas histórias, memórias e saberes foram desvalorizados e sua voz foi silenciada. Em uma sociedade que opera com a lógica capitalista-patriarcal-racista-colonial, as mulheres são um subproduto, destinadas a sustentar papéis desproporcionalmente impostos. Buscando um

resgate epistemológico, as pesquisas (auto)biográficas vão ao encontro da pedagogia feministas e possibilitam a valorização das mulheres, o reconhecimento de suas histórias e a legitimidade de seus saberes. Nesse sentido é que sustento o termo “pesquisa (auto)biográfica feminista” para definir o processo de valorização das histórias de vida das mulheres, a partir de uma escuta sensível e ativa, proporcionando a (auto)formação com intermédio das experiências singular-plural e consolidar uma prática teórico-metodológica inerentemente feminista.

Dessa forma, a análise compreensiva-interpretativa e a política de sentido são a melhor via para analisar um material produzido sob a luz de uma outra perspectiva de se fazer ciência. Estimo que as análises convencionais e convencionadas operam dentro de uma lógica sistematizada por um pensamento mecanicista e cartesiano, que, definitivamente, não dão conta de avaliar as subjetividades, as identidades, as vivências e as experiências. Nem mesmo as análises características das Ciências Humanas, especialmente, no campo da educação, como exemplo, análise do discurso ou análise de conteúdo, não são a melhor forma para analisar um material produzido a partir de uma pesquisa (auto)biográfica.

Apesar disso, considero a proposta de análise apresentada pelo autor Antonio Bolívar (2012), como uma alternativa de transição entre as análises postas e já incorporadas ao habitual de alguns cientistas, face uma nova possibilidade analítica. O autor, oferece para as pesquisas biográfico-narrativas “el análisis de contenido categorial”⁶ (p. 88), a partir de um enfoque estruturalista e temático. Bolívar (2012) reconhece o fato de que as pesquisas biográfico-narrativas são caracterizadas como uma investigação interpretativa e que os critérios de pesquisa social devem ser redefinidos e, ainda, pondera que

[...] la especificidad de la investigación narrativa no estaría tanto en su orientación antipositivista cuanto en un nuevo modo de relacionarse el investigador y el tema/sujeto de investigación: unas relaciones más igualitarias de investigación, inducir a que los sujetos creen sus propias historias, em lugar de crealas para el investigador. (BOLÍVAR, 2012, p. 82)

⁶ Tradução: a análise de conteúdo categorial

Nesse sentido, é que acredito que a proposta de análise de Bolívar (2012) seja capaz de contemplar uma fase transitória, de um método de investigação cartesiano para uma investigação compreensiva-interpretativa. É desafiador, a transição de uma ciência mecanicista para uma ciência humana baseada na valorização das subjetividades e no reconhecimento das identidades. Mas, esquivar-se desse desafio, tentando encaixar uma análise cartesiana em uma pesquisa (auto)biográfica humana, pode ser admitido apenas como transição e não como regra.

Ao encontro, o autor Hermílio Santos (2012) compreende a relevância da compreensão e da interpretação das subjetividades do mundo da vida. E, defende o “processo de destradicionalização” (2012, p. 2) nas interpretações/análises como forma de valorizar as identidades e as subjetividades vivenciadas biograficamente. Para tanto, Santos (2012) argumenta que a interpretação e o sentido da biografia são realizados por quem produz a narrativa, tendo a pesquisadora o papel de intermediária nesse processo. Com isso, o autor oferece a “análise reconstrutiva e sequencial” (2012, p. 13), que pode ser descrita pela combinação de dois tipos de análise

A análise reconstrutiva significa que a entrevista não é abordada com categorias pré-definidas, nem submetida a teste de hipóteses formuladas *a priori*. O objetivo da reconstrução é decodificar tanto o significado da experiência biográfica vivida no passado quanto o significado da apresentação realizada no presente. Na análise sequencial, que é antecedida pelo levantamento dos eventos ao longo da vida do biografado (nascimento, dados escolares, constituição da família, mudança de residência, doença, etc.), o texto transcrito é interpretado em pequenas unidades de acordo com a sua forma sequencial, ou seja, a sequência como o texto é criado na entrevista. [...] cada dado da sequência biográfica é inicialmente interpretado sem se confrontar com a totalidade do que foi apresentado na entrevista, mas seu significado, para quem analisa, vai ganhando consistência na medida em que avança a análise de toda a entrevista, quando cada evento narrado é interpretado dentro do contexto da própria entrevista. (SANTOS, 2012, p. 13)

Neste íterim, acredito que a proposta de análise apresentada por Santos (2012) contempla o elemento principal das pesquisas (auto)biográfica, mantendo o protagonismo, do início ao fim, na pessoa que narra sua história. Porém, conforme o autor prevê, a “análise reconstrutiva e sequencial” tem sua aplicabilidade prevista em dados produzidos a partir de entrevistas narrativas. Assim sendo, limita sua utilização apenas as narrativas orais, como a presente

pesquisa tem como foco as narrativas escritas produzidas por meio de cartas, a análise proposta por Santos (2012) é inviável.

Por essa razão, opto pela análise compreensiva-interpretativa e política de sentido, com base nos eixos temáticos – infância, percepção, formação e transformação. Essa análise prevê um movimento em 03 (três) tempos, o Tempo I se refere ao momento de análise cruzada ou pré-análise que “centra-se na organização e leitura das narrativas, tendo em vista a construção do perfil [individual e coletivo] do grupo pesquisado” (SANTOS, 2014, p. 43). É um momento singular composto pelas narrativas de experiências plurais.

O Tempo II consiste na construção das unidades (categorias) temáticas para a análise, que possibilitam a organização e o agrupamento de unidades para análise. Esse momento da análise está estruturado nos 04 (quatro) eixos contemplados na carta escrita. O Tempo II é guiado pela leitura analítica e interpretativa, percebendo os universos e as particularidades de cada história. É o momento em que as histórias se cruzam e possibilitam a construção e/ou percepção das unidades de análise.

E por fim, o Tempo III configura-se como sendo a análise compreensiva-interpretativa em si, em que o *corpus* das narrativas está formado e é revestido de símbolos e sentidos. Essa triangulação das fontes das narrativas permitem a percepção das trajetórias e percursos de vida-formação permeados por experiências e vivências nos espaços sociais.

Insta ressaltar que a política de sentido não se refere ao sentido que a pesquisadora dá às narrativas e sim ao sentido que a participante/protagonista dá a sua narrativa. O papel da pesquisadora consiste em identificar esses traços revestidos de simbologias e sentidos, para trazer à superfície o que talvez esteja imerso ou que não tenha sido percebido pela própria participante na pesquisa.

Destaca-se ainda que a pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução CNS nº 510/2016, conta com o aporte teórico necessário para estabelecer o diálogo conceitual, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (CEP/UFSM) sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 73468923.1.0000.5346

Histórias cruzadas: vozes, olhares, escritas e a identidade-identificação

Antes de iniciar a “análise compreensiva-interpretativa e política de sentido” (SANTOS, 2014) das cartas. Trago, algumas questões pertinentes que circundam a pesquisa. Como já foi referido, inicialmente, a pesquisa contava com 08 (oito) mulheres participantes, no 1º encontro, todas elas participaram, respondendo o questionário e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contudo, no 2º encontro, que seria a roda de conversa guiada pela leitura das cartas escritas, uma das participantes precisou retirar-se da pesquisa. Não houve uma justificativa formal da participante. Mas, como o grupo ELAS é um grupo que partilha suas vivências e os desafios da vida cotidiana, soube que problemas de ordem pessoal e profissional motivaram o afastamento da participante “cactus”, tanto da pesquisa, quanto do grupo, naquele momento. Porém, houve a solicitação do grupo para que a líder também participasse da pesquisa, pedido que acolhi com afetividade, ao final, o número de mulheres feministas que participaram da pesquisa foram 07 (sete) participantes.

Isto posto, o questionário aplicado no 1º encontro, tinha o objetivo de traçar o perfil das participantes, mas, especialmente, convidá-las a escolherem um nome, palavra ou termo, que lhes conviesse, para que fossem tratadas nos materiais de publicização dos dados produzidos na pesquisa. Tendo em vista as razões éticas da pesquisa que zelam pela confidencialidade dos dados produzidos em pesquisa com seres humanos, é que se optou por esse viés. Outrossim, o quadro abaixo, sistematiza os perfis das participantes, com suas características principais:

Termo de tratamento	Idade	Formação	Relacionamento	Ingresso no ELAS
Chuva	25	Mestrado	Namoro	2022
Rosa Luxemburgo	37	Mestrado	Casada	2020
Tita	38	Mestrado	Solteira	2016
Ana	48	Doutorado	Casada	2015
Lau	52	Graduação	Casada	2023
Girassol	58	Doutorado	Divorciada	2014

Elo	59	Mestranda	Casada	2019
-----	----	-----------	--------	------

Tabela 1 - Perfis das mulheres participantes – perfil básico. Fonte: a autora

Como pode-se observar, o Grupo de estudos feministas – ELAS, atualmente, conta com mulheres, majoritariamente, por volta dos 50 anos e dos 30 anos, com um nível de formação acadêmica de pós-graduação, em relacionamentos amorosos e, que já participam do grupo à vários anos, salvo a participante Lau que ingresso no grupo, neste ano de 2023. Mas, o que saliento são as escolhas dos termos de tratamento, e as justificativas que levaram as participantes a determinada escolha. Chamo a atenção para a justificativa dada pela Chuva e pela Elo:

Gosto de dias de chuva, embora muitas vezes também não gosto. Entretanto, entendo que dias chuvosos são necessários para a vida. Para irrigar a terra, matar a sede dos animais, dar suprimento para as plantas, encher os poços de água que tomamos... Dentro do feminismo, por diversas vezes e motivos, me vejo em dias chuvosos, que não sei como opinar, como me posicionar, como buscar mudar determinada realidade/situação, mas entendo que eles são necessários e importantes para o meu crescimento pessoal e coletivo. (CHUVA, 2023)

Representa quem eu sou, o que quero continuar sendo, simplesmente Eu. (ELO, 2023)

De forma proposital, trouxe o foco para a justificativa das participantes que mais se distanciam em termo de etarismo, uma com 25 anos (Chuva) e outra com 59 anos (Elo). Mesmo com suas particularidades, ambas se mostram muito conscientes de si e de seu “eu” no mundo, demonstrando que, talvez, esse aspecto possa ter sido gerado pelo contato com os estudos de gênero e com as teorias feministas. É evidente que também existe o reflexo das vivências e das experiências de vida, mas essas peculiaridades aparecem na medida em que ambas as mulheres se identificam como feministas, tornando este o elemento comum entre elas. A autora Gerda Lerner (2019) entende o feminismo (movimento feminista) como um movimento (social, político e econômico) que luta pela emancipação das mulheres. E, essa emancipação significa à “liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo; autodeterminação; e autonomia” (LERNER, 2019, p. 287)

Com isso em mente, é notável o fato de que o movimento feminista, por ser um movimento político, social e econômico, ofereça uma outra forma de ler o mundo. Uma leitura sob as lentes da emancipação e da equidade, e não,

contaminada pelos sistemas de opressão e submissão. Ainda, ao que concerne o perfil das mulheres feministas participantes da pesquisa, acredito ser importante observar características, que chamarei de secundárias, que podem impactar, mesmo que de forma transversal, na forma como essas mulheres se constituem como seres sociais atuantes e militantes. Conforme pode-se observar no quadro, abaixo:

Termo de tratamento	Sexualidade	Religião	Ocupação
Chuva	Heterossexual	Católica	Estudante
Rosa Luxemburgo	Homossexual	Umbanda	Servidora pública
Tita	Heterossexual	Católica não praticante	TAE ⁷
Ana	Não sei	Candomblé	Professora
Lau	Heterossexual	Católica não praticante	Servidora pública
Girassol	Heterossexual	Luterana	Professora
Elo	Não declarou	Espiritualizada	Professora

Tabela 2 - Perfis das mulheres participantes - perfil secundário. Fonte: a autora

Após a observação dos perfis (básico e secundário) das mulheres feministas participantes da pesquisa, pode-se entender que, salvo particularidades, o Grupo de estudos feministas – ELAS é heterogêneo, diverso e convergente na medida que todas as mulheres se consideram feministas e se dedicam aos estudos de gêneros e dos feminismos. Outra característica importante é que, apesar da ELAS ser um grupo autônomo quanto a sua metodologia e temática, ele está vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, ou seja, não é um grupo de iniciativa popular ou oriundo de algum coletivo autônomo. E, com isso, pode-se entender que uma das características do grupo diz respeito à composição, pois, a maioria das mulheres possuem pós-graduação, mestrado e/ou doutorado e, as temáticas estudadas no grupo permeiam suas pesquisas acadêmicas. Inclusive, a questão das pesquisas de pós-graduação é um dos fatores que aproximam as integrantes e promove o ingresso de novas integrantes. Contudo, apesar do grupo, no momento, ser composto apenas por mulheres, o ELAS não é um grupo exclusivo para

⁷ TAE = Técnica Administrativa em Educação

mulheres, pois, está aberto a todas as pessoas da comunidade acadêmica que tenham interesse nos estudos de gênero e nos feminismos.

Por fim, cabe observar o contexto/lugar em que o grupo está inserido (UFSM) e ressaltar que sua composição, atualmente, é integralmente de mulheres brancas, com formação acadêmica, inseridas em um espaço formal de educação/formação institucionalizada. Neste contexto, mostra-se necessário descortinar os privilégios de raça e classe que circundam essa realidade, para colocar em cena o fato que os estudos de gênero e as teorias feministas, contemplam uma parcela específica da população. E, é identificando essas realidades que o movimento feminista atua na promoção de um feminismo interseccional (trans)inclusivo que reconheça as diferenças, valorize as particularidades e englobe de forma efetiva todas as pessoas e, não apenas aquelas que se identificam como mulher. Pois, o feminismo é um movimento político que as mulheres produziram ao longo da história, mas a história não é composta apenas por mulheres. Por esse motivo, o feminismo precisa de todas, todos e todes, afinal “o feminismo é para todo mundo” (hooks, 2019).

ESCRITAS DE SI: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO

*Não quero lhe falar, meu grande amor
Das coisas que aprendi nos disco
Quero lhe contar como eu vivi
E tudo que aconteceu comigo
(Elis Regina)⁸*

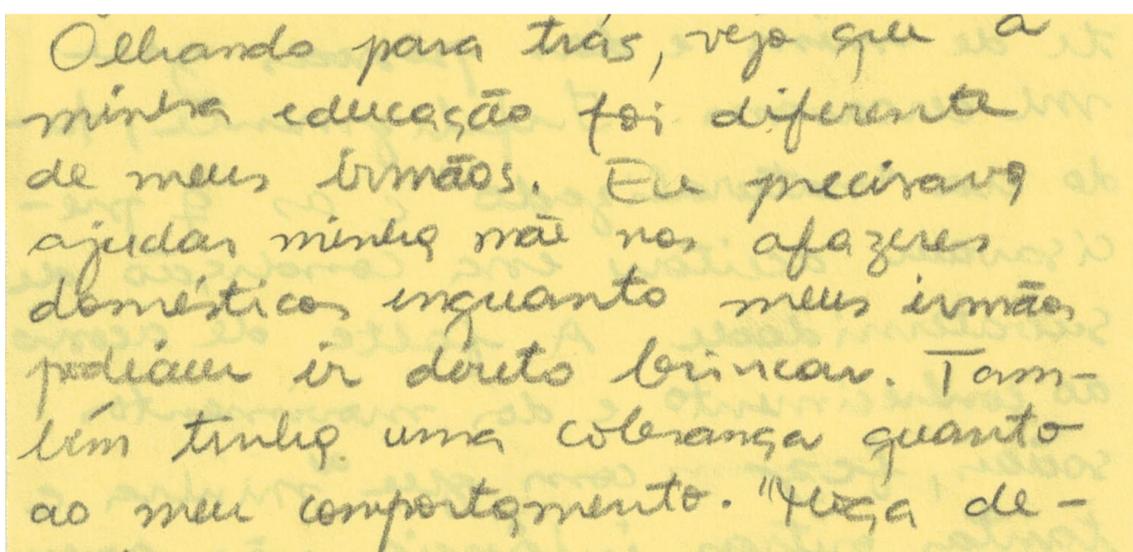
De certo, os processos que mediam as narrativas das histórias de vida e formação, são complexos, pois a vida não é algo simples de ser contada e, nossas vivências e experiências não são lineares. Isto potos, a pesquisa contou com 07 (sete) cartas escritas por mulheres feministas que utilizaram a mediação biográfica para narrarem suas histórias de vida e formação. A esse respeito, SANTOS (2014) caracteriza que a mediação biográfica é

⁸ Dentro da perspectiva das narrativas (auto)biográficas, considero a música “Como nossos pais” de Elis Regina, uma forma de narrar, de forma reflexiva e poética, as vicissitudes da vida. Você pode conferir a música e a performance da artista, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=2qqN4cEpPCw>

[...] o lugar da oralidade e da escrita como dispositivos que possibilitam reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade, autonomia e democracia individual e social. (SANTOS, 2014, p. 40)

Com isso em mente, a estrutura analítica, ou seja, as categorias/unidades de análises, está apoiada em 04 (eixos): infância, percepção, formação e trans(formação). Seguindo as orientações teórico-metodológicas da “análise compreensiva-interpretativa e política de sentido” (SANTOS, 2014), primeiro observei as cartas no todo e depois desmembrei a leitura com base nos eixos temáticos, destacando alguns excertos, salientando as similaridades entre as narrativas, as peculiaridades das histórias, os pontos sensíveis e tensionais e as interações entre as histórias.

Ao que se refere às narrativas do eixo infância, a abordagem de alguns temas foi recorrente entre as mulheres, como: brinquedos e brincadeiras; permissões de comportamento e, socialização e domesticação. Ainda, tiveram participantes que narram apenas as boas memórias da infância, sem os atravessamentos de gênero. Curioso observar que, no que se refere aos temas recorrentes, as histórias apresentam uma certa reflexividade intermediada pelos estudos de feministas. Refletindo quanto ao tipo de brincadeiras dos meninos, em geral, mais ativas, como por exemplo, o futebol. Ao passo que para as meninas era fomentado a passividade e as obrigações com os afazeres domésticos. Como podemos observar na carta da Girassol (2023):



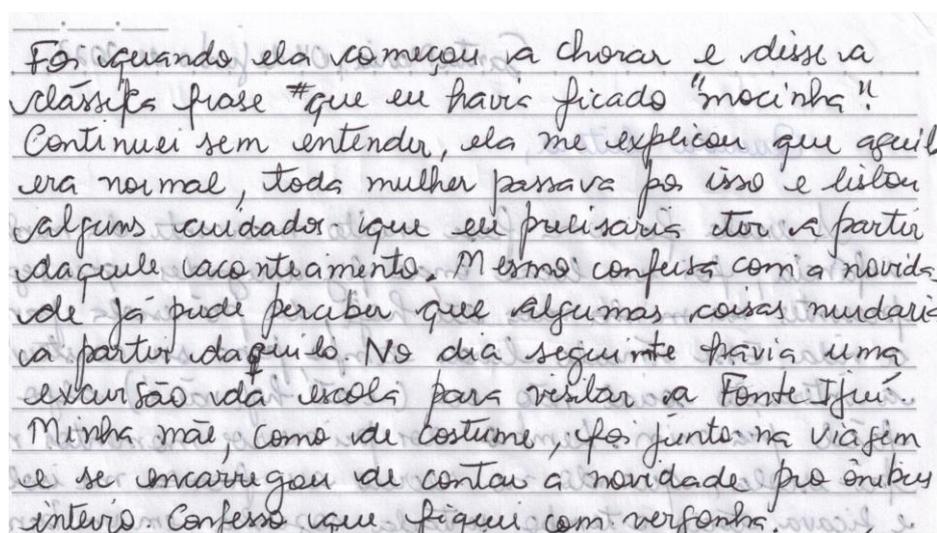
Olhando para trás, vejo que a minha educação foi diferente de meus irmãos. Eu precisava ajudar minha mãe nos afazeres domésticos, enquanto meus irmãos podiam ir direto brincar. Também tinha uma cobrança quanto ao meu comportamento. "Pega de -

Figura 1 - Carta narrativa da Girassol - eixo 1

No que se refere ao comportamento, nota-se enxertos que tendem a demonstrar que na infância, era estimulado o comportamento recatado, delicado e voltado para o cuidado. Características que dialogam muito bem com a socialização voltada para a domesticidade, como exemplo, as atividades de cuidado do lar. Mas, no geral, a maioria das memórias refletidas nas cartas, dizem respeito a infâncias felizes, afetivas e familiares.

Ao que se refere ao eixo da percepção, que tinha como objetivo, explorar as memórias a respeito do momento da vida em que as questões de gênero foram percebidas. Esse eixo, de certa forma, está integrado ao eixo anterior, pois, foi na infância, especialmente, no período de escolarização, foi onde a maioria das participantes começou a perceber como a diferença de gênero afetava sua existência. Pois, a ênfase era no ser-menina e no não-ser-menino, as comparações e as permissões sociais baseadas no biológico imperavam.

Mesmo tendo-se o conceito de gênero baseado na construção social, cultural e histórica, é interessante o quanto características biológicas contribuem para o momento da percepção do gênero. Isso se justifica pelo momento narrado pela Tita (2023), no qual ela afirma que a percepção do gênero se deu no momento de sua primeira menstruação e na frase dita por sua mãe afirmando que naquele momento ela havia virado “mocinha”. Conforme Tita (2023) narrou, a “novidade” foi noticiada pela mãe em um passeio da escola, aparentemente, como orgulho, mas não foi percebido dessa forma pela participante, como pode-se observar, abaixo:

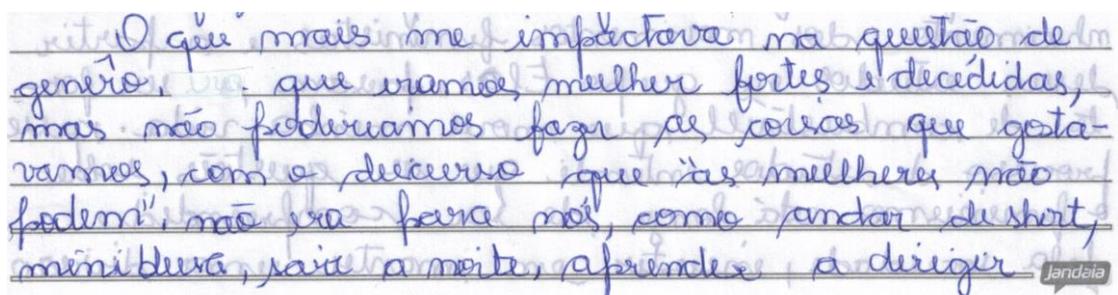


Foi quando ela começou a chorar e disse a clássica frase "que eu havia ficado "mocinha".
Continuei sem entender, ela me explicou que aquilo era normal, toda mulher passava por isso e listou alguns cuidados que eu precisaria tomar a partir daquele acontecimento. Mesmo confusa com a novidade já pude perceber que algumas coisas mudariam a partir daí. No dia seguinte havia uma excursão da escola para visitar a Fonte Itaipu. Minha mãe, como de costume, foi junto na viagem e se encarregou de contar a novidade pro ônibus inteiro. Confesso que fiquei com vergonha.

Figura 2 - Carta de Tita - eixo 2

Lembro-me que, quando Tita (2023) leu sua carta na roda de conversa, essa questão da menarca ativou memórias em todas as praticantes, muitas compartilharam suas histórias referente a este momento peculiar que ocorre na vida das pessoas biologicamente classificadas como mulheres. E, o que pudemos observar é o rito de passagem que esse momento traz para a vida das mulheres com útero. Acionado, por um fator biológico, do qual os sistemas opressivo/submissivo se apropria, o papel da mulher na sociedade capitalista-racista-patriarcal-colonial ocorre em razão de sua fertilidade e sua capacidade (dever) reprodutiva.

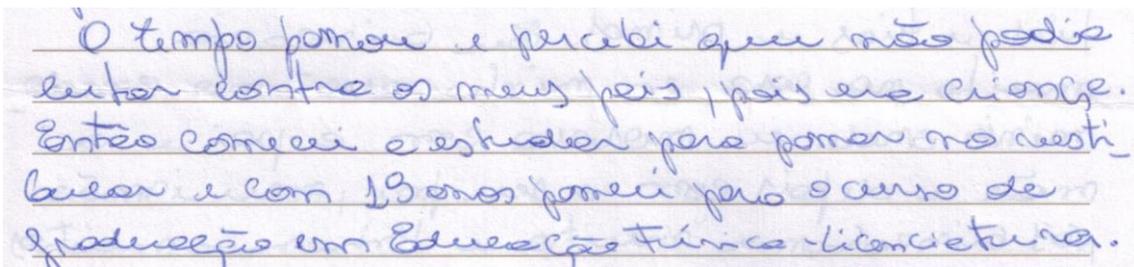
Nesse sentido, Elo (2023) narra que a percepção de gênero trazia infortúnios e inconformidades para o seu cotidiano. Sendo seu contexto sócio-familiar composto pela forte presença de suas irmãs, para as quais ela escreveu a carta, Elo (2023) percebia a negação de espaços e possibilidades, por serem mulheres. Conforme,



O que mais me impactava na questão de gênero, era que viamos mulheres fortes e decididas, mas não poderíamos fazer as coisas que gostávamos, com o discurso que "as mulheres não podem", não era para nós, como andar de short, minidress, sair à noite, aprender a dirigir.

Figura 3 - Carta narrativa da Elo - eixo 2

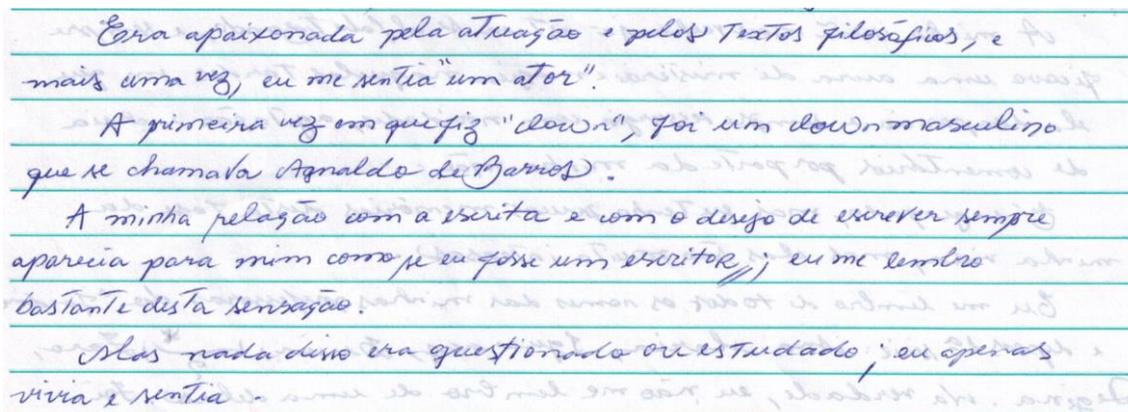
Quanto ao eixo 3 – formação, o objetivo era fomentar as memórias do período da formação acadêmica, considerando que, neste momento da vida, as mulheres têm contato com uma pluralidade de pessoas e interagem com diversidades, diferenças e particularidades. Além disso, teoricamente, o espaço acadêmico fomenta uma formação crítica, reflexiva e consciente. Assim sendo, imagina-se que é nesse momento, se as questões de gênero ainda não foram percebidas ao longo dos anos, que sejam trazidas para a superfície, podendo serem reconhecidas e nomeadas. Como Rosa Luxemburgo (2023) narro, é uma fase em que já não se é mais crianças, na qual a maioria significa também uma fase de insurgência e sensação de liberdade. Conforme ela compartilha, abaixo:



O tempo passou e percebi que não podia lutar contra os meus pais, pois era criança. Então comecei a estudar para passar no vestibular e com 19 anos passei pelo curso de graduação em Educação Física - Licenciatura.

Figura 4 - Carta de Rosa Luxemburgo - eixo 3

Uma perspectiva interessante, que integra os eixos 2 e 3 (percepção e formação), é a apresentada por Ana (2023). Ela reflete que sua percepção de gênero ocorreu na medida em que tomava consciência de seu corpo e de sua corporeidade, por meio da dança, aos 16 anos. Ana (2023), relata que se identificava mais com as performances classificadas como masculinas e, com as posições de poder, dentro da dramaturgia, ocupadas majoritariamente, por homens. No que se refere ao seu período de formação, o gênero foi tratado, inicialmente, pelo ponto de vista da gramática e da linguística, sendo o masculino o gênero universal (graduação em letras). Na segunda graduação, em Dança, gênero não era abordado como uma questão relevante para promover uma reflexão, era tratado como uma “tensão” a ser resolvida pela dança contemporânea. As considerações de Ana (2023), podem ser observadas no excerto destacado, abaixo:



Era apaixonada pela atuação e pelos textos filosóficos, e mais uma vez, eu me sentia "um ator". A primeira vez em que fiz "down", foi um down masculino que se chamava Agnaldo de Barros. A minha relação com a escrita e com o desejo de escrever sempre aparecia para mim como se eu fosse um escritor, eu me lembro bastante desta sensação. Mas nada disso era questionado ou estudado, eu apenas vivia e sentia.

Figura 5 - Carta de Ana - eixo 3

Pertinente observar que o gênero, na vida de Ana (2023), era silenciado em seu contexto social, sendo apenas uma experiência pessoal que ela “vivia e sentia” (ANA, 2023), em suas performances. Conforme foi mencionado em algumas narrativas, as formações acadêmicas, em geral, não possuem uma preocupação em estudar, debater e refletir sobre as questões de gênero. É difícil observar disciplinas criadas para estes fins. Dessa forma, acredito que, os

estudos de gênero e dos feminismos partem de uma iniciativa pessoal em busca de um aprofundamento teórico para embasar pesquisas e/ou por demanda de reconhecimento identitário e/ou inquietações epistemológicas. Enfim, as motivações e o interesse pela temática, partem de uma iniciativa da sujeita em entender/refletir as raízes sociais, históricas, políticas, culturais e econômicas da sua condição de mulher.

Por fim, o eixo 4 – (trans)formações, diz respeito, justamente, às reflexões e os reflexos dos estudos de gênero e dos feminismos na vida das mulheres feministas participantes do estudo e integrantes do grupo de estudos feministas – ELAS. Uma das participantes, Chuva (2023), curiosamente, foi a que produziu a carta mais extensa, com 07 (sete) laudas. Por si só essa informação não impacta na pesquisa, pois não se trata de uma análise quantitativa e/ou valorativa. Mas, quando se lê a carta da Chuva (2023) é visível o lugar que o gênero e os feminismos ocupam em sua vida. Uma narrativa produzida a partir de impressões que podem ser caracterizadas como baseadas nas diferenças de gênero e como elas excluem e violentam as mulheres. Porém, especulo que a narrativa da história de vida e formação da Chuva (2023), é o olhar de uma mulher em construção e com consciência de seu lugar social, político, econômico, histórico e acadêmico. A participante descreve que os estudos de gênero e os feminismos ocuparam notoriedade em sua vida, quando ingressou no mundo acadêmico. Nesse momento foi que Chuva (2023) se dedicou a conhecer o movimento feminista, suas lutas, história, precursoras, abordagens e formas de ler o mundo. Tudo isso, fez com que Chuva (2023), naturalmente, se aproximasse de outras pessoas que possuíam os mesmos interesses que ela. Percebendo assim, o (auto)(re)conhecimento como um processo de (trans)formação.

A perspectiva de um processo de (trans)formação, conforme Josso (2012), ocorre a partir de uma “experiência biográfica sensível” (p. 19), que perpassa pela “reflexividade biográfica” (p. 21) e oferece “experiências formadoras e fundadoras” (p. 20). Porquanto, um processo formativo construído a partir das narrativas de histórias de vidas dentro da perspectiva (auto)biográfica, não é, simplesmente, recordar lembranças e contá-las para outras pessoas. É um processo que ocorre semelhante a uma epifania. Quando

se ativa a memória, seleciona-se um momento significativo de sua vivência, narra sua história, compartilha um acontecimento marcante, gera reflexões, questionamentos e inquietações, passando por um caminho que problematiza e analisa a vivência dentro de seu contexto integral no mundo. Este processo, transforma uma vivência em uma experiência e um acontecimento pessoal em conhecimento coletivo. E, é nesse momento que “o presente é articulado com o passado e com o futuro” (JOSSO, 2012, p. 23), produzindo a ancoragem de um conhecimento singular-plural.

Em conformidade, pode-se observar o processo (trans)formador viabilizado pela metodologia (auto)biográfica, na carta narrativa escrita pela Chuva (2023). Na qual, ela compartilha sua história de vida e formação, primeiro de forma pessoal, escrevendo a carta, posteriormente, de forma coletiva, procedendo sua leitura na roda de conversa com o grupo. Satisfazendo o processo reflexivo (auto)biográfico e promovendo um conhecimento singular-plural. Destaco um pequeno trecho contido na carta da Chuva (2023) que sintetiza esse momento (trans)(auto)formador, abaixo:

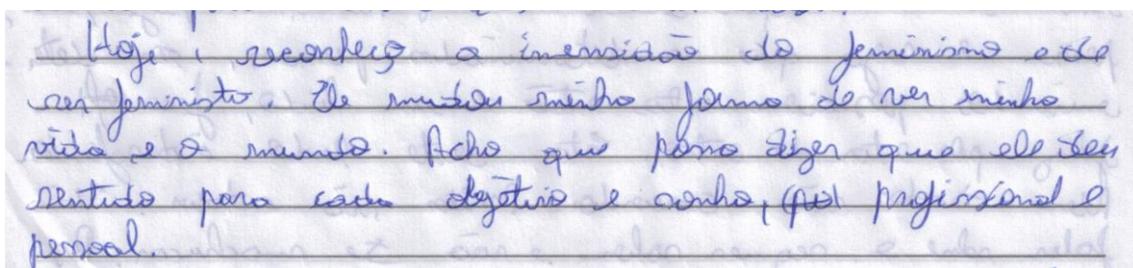
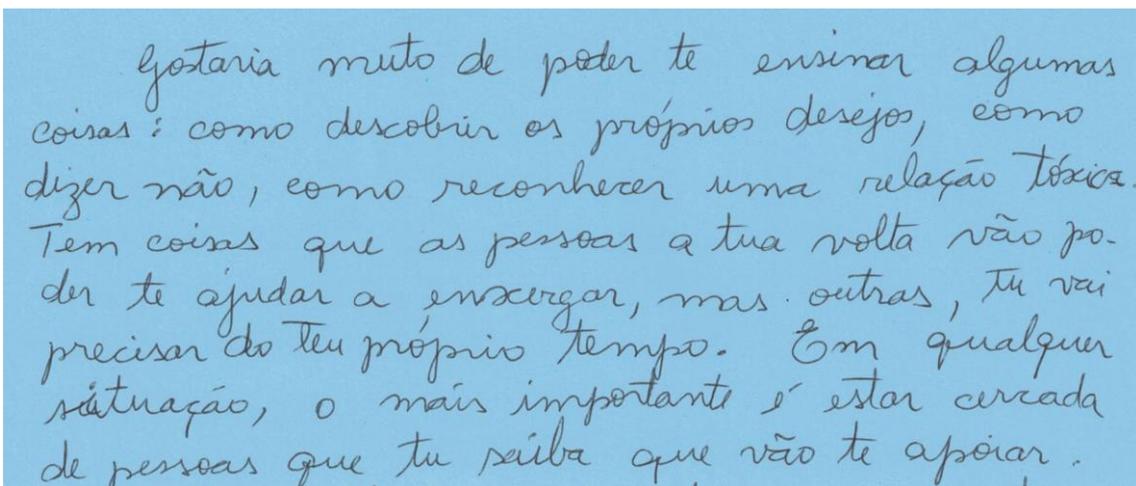


Figura 6 - Carta de Chuva - eixo 4

Integrando os aspectos formativos, a pesquisa (auto)biográfica, o movimento e a metodologia feminista, baseados no afeto, nas partilhas de vida e no contínuo movimento geracional de construir um mundo melhor. Trago a sensibilidade inspiradora da narrativa da Lau (2023), que endereçou sua carta para a neta, que habita apenas sua imaginação, mas, com a expectativa de que um dia “a bebê”, como Lau (2023) se refere, venha a nascer e se tornar mulher. A escrita da carta contempla todos os eixos propostos para as análises, e desenvolve-se como se Lau (2023), estivesse contando para a bebê como foi sua história de vida e formação e, como as questões de gênero estiveram presente durante todos os estágios de sua constituição como ser-mulher. Lau (2023) conta sobre sua infância, permeada pelo imaginário das princesas e dos

contos de fada, como foi socializadas para ser uma menina boazinha, os papéis domésticos de “rainha do lar” (LAU, 2023) vivido por sua mãe (bisavó da bebê) e as vivências que teve no tempo de sua formação acadêmica.

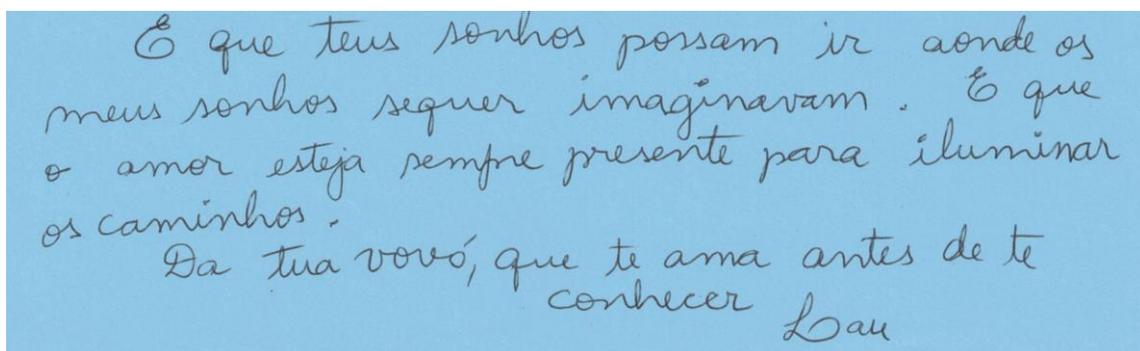
Ao finalizar a carta, Lau (2023) traz uma perspectiva de futuro para a bebê, com o desejo de ela possa estar presente e colaborar com sua formação humana e integral, conforme escreve:



Gostaria muito de poder te ensinar algumas coisas: como descobrir os próprios desejos, como dizer não, como reconhecer uma relação tóxica. Tem coisas que as pessoas a tua volta vão poder te ajudar a enxergar, mas outras, tu vai precisar do teu próprio tempo. Em qualquer situação, o mais importante é estar cercada de pessoas que tu saiba que vão te apoiar.

Figura 7 - Carta de Lau – partilha de vida e formação

E, ao término da carta, Lau (2023), conclui:



É que teus sonhos possam ir aonde os meus sonhos sequer imaginavam. É que o amor esteja sempre presente para iluminar os caminhos.
Da tua vovó, que te ama antes de te conhecer
Lau

Figura 8 - Carta de Lau - uma esperança feminista para o futuro

A escrita sensível, as partilhas de vida e formação, os processos de (trans)formação, o resgate epistêmico e ontológico, a consciência de mundo e o desejo de transformá-lo. São valores e desejos característicos do movimento feminista contemporâneo, orientado pela intersecção das sujeitas, suas histórias e suas opressões. Mulheres, permeadas de vivências e experiências, que reivindicam seu lugar na história, lutam por seu reconhecimento no mundo e buscam uma sociedade equânime. A partir do contexto do movimento feminista e das pessoas que se identificam como mulher, acredito no potencial da pesquisa

(auto)biográfica feminista como meio para constituir-se como ser-mulher no mundo social, político, econômico, cultural e histórico. E, assim sendo, instigar mudanças, recriar paradigmas, promover a equidade e defender um mundo no qual impere a paz, o amor e o respeito.

Conclusões, inconclusivas: o ato de narrar-refletir-(trans)formar é um processo contínuo

*Eu quero ficar perto
De tudo que acho certo
Até o dia que eu mudar de opinião
A minha experiência
Meu pacto com a ciência
O meu conhecimento é minha distração
(Danni Carlos)⁹*

Tenho dificuldade em conceber o termo “conclusão” no que tange às pesquisas de cunho social realizadas com pessoas. Essa terminologia me remete a um processo finalizado, fechado, finito e imutável. O que, certamente, não é o caso de um trabalho que concebe as mulheres como pessoas em movimento, ativas, pensantes, críticas, reflexivas, articuladas e transformadoras. Assim sendo, optei por tratar de algumas questões que são inconclusivas, no sentido de que, em uma pesquisa (auto)biográfica feminista, fechar um conceito ou uma análise é algo inapropriado. Pois, creio que cada vez que revisitar o material produzido nesta pesquisa, terei um novo/outro olhar, permeado por alguma sutileza ou, simplesmente, influenciado pelo modo como me coloco no mundo, que é evolutivo, reflexivo e crítico.

Dessa forma, a vivência que transformei em experiência, a partir do processo (auto)biográfico reflexivo, movido pela realização deste trabalho de estudo e pesquisa, foi um processo de descoberta instigante. Primeiramente, pelo laço afetivo que tenho com o grupo de estudos – ELAS, por ser um lugar que me acolheu em um momento de dúvida e incerteza durante meu mestrado acadêmico, em 2019. Além, de promover meu despertar como feminista, por meio de estudos teóricos, conhecimento prático e o convívio solidário em um

⁹ Essa música, traduz muito do meu-eu e do meu processo identitário, acho apropriado encerrar esse trabalho com a música “Coisas que eu sei” de Danni Carlos. Você pode assistir o vídeo com a música, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=cpzzZOi7a0s>

espaço seguro e acolhedor para partilhas de vida. Existe ainda, o carinho e a administração que tenho pela Profa. Dra. Márcia Paixão, líder do grupo, orientadora desse trabalho e uma mulher inspiradora. Todos esses fatores fizeram com que eu pensasse a totalidade dessa pesquisa, com o olhar de uma pesquisadora que é atravessada por sentimentos e emoções. Alguns dirão que isso não é característico de um trabalho de pesquisa sob os moldes acadêmico, formal, neutro, racional e imparcial. A estas pessoas, digo-lhes: - tens toda razão! Um dos meus objetivos como mulher-pesquisadora é demonstrar que nossas pesquisas nos atravessam e, por sermos seres sociais, estamos atreladas a valores, sentimentos, ideais e somos resultado de uma história de vida e formação que nos constitui e nos (trans)forma. E, assim sendo, essa pesquisa é o resultado de um (auto)conhecimento singular-plural.

Percebi que, quando se trabalha com pesquisa (auto)biográfica feminista a partir de narrativas das histórias de vida e formação, o anonimato é algo difícil, salvo casos nos quais ele se impõe, como exemplo, situações de violência e vulnerabilidade. Destarte, impor anonimato as mulheres que são donas de suas histórias é negar-lhes sua própria identidade, suprimindo suas subjetividades. É como se cada uma delas estivesse coberta por um véu para não serem reconhecidas. E, a pesquisa (auto)biográfica feminista, busca exatamente o contrário, pois, tem o intuito de desvelar o protagonismo das histórias de vida e formação das mulheres.

Mas, cabe a ressalva, que o sigilo dos dados produzidos a partir de pesquisas com seres humanos garantido pelo anonimato, visa zelar pela ética nas pesquisas acadêmicas, no intuito de proteger as pessoas contra atitudes de desrespeito, malevolência e injustiças. E, essas garantias são legítimas e necessárias. Dessa forma, o impasse que se impõe, no que tange a identificação das participantes, pode ser resolvido adaptando-se o Termo de Confidencialidade e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando a autorização expressas do uso de imagem, voz e apresentação, de todas as participantes que desejem serem identificadas em pesquisas, realizadas, especialmente, pelas ciências humanas e sociais¹⁰. Esse não foi o que ocorreu

¹⁰ Nesse sentido, a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de abril de 2016, prevê que as pesquisas realizadas pelas ciências humanas e sociais possuem especificidades no que

na pesquisa e por isso trago essas considerações para serem observadas em estudos e projetos futuros.

Outra questão que considero desconexa é a necessidade de se instrumentalizar as análises do material produzido em pesquisas (auto)biográficas. As formas de análise que se propõem a interpretar, ou seja, conferir valor, sentido e significado à narrativa de outra pessoa, a meu ver, é algo violento. Mas, a questão que orbita é – como analisar um material (auto)biográfico? No que diz respeito às pesquisas que venho realizando sobre a questão, ainda não encontrei um método confortável e que faça sentido, para mim, para realizar essas análises. Mas, tendo a acreditar que análises que imputem juízo de valor não servem para a pesquisa (auto)biográfica. Em vista disso, foi que, ao realizar as análises das cartas narrativas produzidas na pesquisa (auto)biográfica feminista, tive o cuidado de não desvirtuar as histórias de vida e formação com o meu próprio imaginário-simbólico-interpretativo. Mesmo que algumas histórias apontassem para situações que eu reconheço como violência de gênero, não sou eu quem precisa reconhecer esse fato, e sim, a dona da narrativa. Esse (auto)reconhecimento, é um processo pessoal e individual, que pode ser mediado pelo coletivo, mas, essencialmente, precisa ser uma iniciativa da mulher que viveu aquela história e produziu aquela narrativa. E, essa dinâmica é o processo reflexivo biográfico, que fomenta esse movimento de (auto)(re)conhecimento e produz um saber plural a partir de um conhecimento singular.

Uma última ponderação a ser feita observando o escopo do estudo, é que no que tange a metodologia da pesquisa (auto)biográfica, percebi que o fato de ter solicitado que quatro questões (eixos) fossem contempladas na escrita da carta, não serviu ao propósito que imaginava. Minha intenção era garantir que os eixos que eu havia previsto para a análise, fossem contemplados nas escritas, o que de fato ocorreu. Contudo, observei que isso impediu a fluidez da escrita e limitou as mulheres nas escolhas de suas memórias, influenciado na escolha da

tange sua concepção, execução, participantes, material produzido e tratamento dos dados. Isso, flexibiliza, de maneira produtiva, a execução de pesquisas “que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (art. 2º, XVI, Res. nº 510/2016 CNS).

história narrada. Inclusive, o formato de algumas escritas, mais se assemelha a de um questionário aberto do que ao de uma carta. Digo isso, no intuito de asseverar que a análise, ocorrida ao final do estudo, não deve/deveria interferir na produção e no processo (auto)biográfico de seleção da memória e na narrativa da história. Considerando que, ao delimitar muito os temas, pode-se incidir no risco de comprometer o movimento (auto)biográfico. Talvez, se ao invés de quatro perguntas eu tivesse realizado apenas uma, e após a produção das cartas, identificasse os eixos analíticos, com base nos temas comuns narrados nas cartas, a pesquisa fosse mais frutífera. Mas confesso que fiquei presa a obrigatoriedade de precisar prever uma forma de análise categorizada no projeto. E, na execução da pesquisa, tive receio de não contemplar o que já havia sido previsto e aprovado no projeto. Enfim, inquietudes quanto a forma cartesiana de fazer-se pesquisa.

Assim sendo, ao fechar das cortinas e no apagar das luzes, concluo de forma inconclusiva que, as inconstâncias da vida marcam nossas histórias, algumas vezes de maneira indelével, outra de formas tão fortes que acabam deixando cicatrizes. Mas, somos hoje, o resultado de nossas vivências e nossas experiências, podemos ser fruto ou ser semente, podemos ser raízes ou mudas, iremos florescer ou iremos parecer? A histórica conferiu às mulheres papéis sociais que, na contemporaneidade, estamos desafiando. É uma luta por existência, emancipação e reconhecimento. Somos sujeitas insurgentes, que buscam não apenas a transformação, mas sim, uma (trans)formação.

Referências de vida e formação

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARENHALDT, Rafael; MACHADO, Alexsandro dos Santos; SANTOS, Irene Reis dos. Toda história de vida é uma obra de arte: ateliê biográfico como estratégia de criação de projetos de vida na educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**: REVASF, Petrolina, p. 1-17, abr. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Sobre o conceito de formação na abordagem (auto)biográfica. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 157-164, mai/ago. 2011.

BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **Dimensões epistemológica e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: tomo II. Natal; Porto Alegre; Salvador: EDUFRRN; EDIPUCRS; EDUNEB, 2012. p. 79-109.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade e Educação crítica. In: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma (org.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 236-270.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. 2. ed. Brasília: Letraslivres, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, Online, v. 1, n. 29, p. 23-59, nov. 2017. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JOSSO, Marie-Christine. Processo autobiográfico do conhecimento da identidade evolutiva singular-plural e o conhecimento da epistemologia existencial. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BARREIRO, Cristhianny Bento (org.). **A nova aventura (auto)biográfica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 59-89. Tomo I.

JOSSO, Marie-Christine. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-139, ago. 2009. Entrevistadora: Margaréte May Berkernbrock-Rosito.

JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan. 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2018.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloninais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

NASINHAKA, Renata; PAIXÃO, Márcia Eliane Leindcker da. ELAS - em movimento, ação e interação. **D'Generus**: Revista de estudos feministas e de gênero, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 339-353, jan. 2022.

QUEBRA, Jade. **Fale, mulher!** 2018. Canal Ganga Prod. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvpEbHP3uqw>. Acesso em: 10 ago. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Hermílio. Ação, relevância e interpretação subjetiva. **Estudos de Sociologia**, Pernambuco, v. 1, n. 18, p. 1-20. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 49 – 81.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 1, n. 39, p. 39-50, jan. 2014.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 282-303, abr/jun. 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. p. 12-42.